

GÊNERO, VIOLÊNCIA E COLONIALIDADE: DIÁLOGOS COM MARIA LUGONES E BELL HOOKS

Camila de Freitas Moraes Garcia

Psicóloga, Psicanalista e Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

<http://lattes.cnpq.br/0376021529783014>

<https://orcid.org/0000-0001-6745-4195>

E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br

Cristine Jaques Ribeiro

Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas.

<http://lattes.cnpq.br/8521859077411257>

<https://orcid.org/0000-0002-1660-8200>

Débora Maria da Silva Pinto

Psicóloga. Coordenadora e professora no curso de Psicologia da Escola Superior da Amazônia- ESAMAZ

<http://lattes.cnpq.br/5212322020831647>

ÁREA TEMÁTICA: Ciências Humanas.

RESUMO: Este artigo analisa a violência de gênero a partir das perspectivas de Maria Lugones e Bell Hooks, enfatizando a interseccionalidade como uma chave analítica para compreender as experiências das mulheres racializadas. Através de suas obras, é possível observar como a opressão de gênero é entrelaçada com o racismo, e como essa intersecção resulta em formas únicas de violência e marginalização. No entanto, o texto registra também, o amor como prática política revolucionária, construindo ações que proponham romper com a opressão na perspectiva da descolonização. Por fim, a interseccionalidade evidenciada na escrita, propicia a análise da construção do discurso hegemônico sobre os corpos das mulheres, problematizando as normas que fortalecem a desigualdade de gênero a partir dos marcadores raciais

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade. Violência de Gênero. Revolução. Racialização.

GENDER, VIOLENCE AND COLONIALITY: DIALOGUES WITH MARIA LUGONES AND BELL HOOKS

ABSTRACT: This article analyzes gender violence from the perspectives of Maria Lugones and bell hooks, emphasizing intersectionality as an analytical key to understanding the experiences of racialized women. Through her works, it is possible to observe how gender oppression is intertwined with racism, and how this intersection results in unique forms of violence and marginalization. However, the text also records love as a revolutionary political practice, building actions that propose breaking with oppression from the perspective of decolonization. Finally, the intersectionality evidenced in the writing provides the analysis of the construction of the hegemonic discourse on women's bodies, problematizing the norms that strengthen gender inequality based on racial markers.

KEYWORDS: Coloniality. Gender Violence. Revolution. Racialization.

UM CONVITE À REFLEXÃO

Maria Lugones (2008), ao discutir a "colonialidade de gênero",¹ enfatiza como a violência de gênero não pode ser compreendida isoladamente apartada das estruturas de racismo e colonialismo. Para a autora, a violência que afeta mulheres racializadas é uma extensão das lógicas coloniais de saber/poder que perpetuam a desumanização e a subalternização. Essa violência se manifesta tanto fisicamente quanto psicologicamente, reforçando hierarquias sociais e raciais. Ela argumenta ainda, que a opressão das mulheres, fundamentalmente, negras e indígenas está intrinsecamente ligada à exploração colonial e ao capitalismo, resultando em experiências de violência que são simultaneamente raciais e de gênero.

Dito isso, denota-se então, que o patriarcado colonial instituiu hierarquias baseadas em raça, gênero, sexualidade e classe, perpetuando assim, diversas formas de opressão e dizimação do ser. No entanto, segundo Bell Hooks (2004), afirma que a violência de gênero é uma manifestação da cultura patriarcal e do racismo que permeiam a sociedade e portanto, argumenta que a interseccionalidade é crucial para compreender as lutas das mulheres racializadas, sobretudo, as mulheres negras que enfrentam uma realidade marcada por discriminação racial e violência de gênero. Ela destaca ainda como a opressão se manifesta em diferentes esferas da vida das mulheres, incluindo o ambiente familiar, o local de trabalho e os espaços públicos.

Em sua visão, a autora pontua que a luta contra a violência de gênero deve ser inclusiva, envolvendo todas as mulheres, independentemente de sua origem racial, porém, destaca a importância de se interseccionalizar² a discussão. A partir de sua perspectiva, é essencial que as mulheres se unam em suas lutas, reconhecendo que a liberdade de uma mulher está intrinsecamente ligada à liberdade de todas e sendo o amor a força política e revolucionária para a desestruturação de tais opressões.

¹ Perspectiva crítica para entender como as opressões de gênero, raça e classe estão interligadas e como as estruturas coloniais ainda influenciam as relações sociais e as experiências das mulheres no mundo contemporâneo (Lugones, 2008)

² Interseccionalidade se apresenta como um dispositivo que desenvolve as interdependências das violências estruturais e institucionais, demonstrando que raça e gênero não podem ser pensados isoladamente. Isso se alinha ao pensamento de Maria Lugones e Bell Hooks, ao considerar que a colonialidade funda-se em estruturas que estruturam o patriarcado racializado e a violência de gênero.

O amor pode ser ressignificado aqui, como uma prática política revolucionária para contestar essas estruturas. Hooks (2004) argumenta que o amor deve ser uma força ativa na luta contra a opressão, servindo como um compromisso com a justiça e a liberdade, além de, enfatizar a importância de confrontar e dismantlar a violência de gênero, vendo o amor como um elemento capaz de unir as pessoas na busca por transformação social. A dada autora, desafia a visão convencional do amor, propondo que este não é apenas um sentimento, mas uma prática política essencial. Essa abordagem amplia a compreensão do amor, colocando-o como um elemento central na luta contra as opressões e por isso, que ele passa a ser apreendido enquanto um amor revolucionário, por seu efeito político, ou seja, por ser caracterizado enquanto um compromisso ativo em derribar as estruturas que perpetuam a violência e a opressão. Essa ideia enfatiza que a transformação social não pode ocorrer sem uma base de amor e solidariedade entre as pessoas.

Este artigo discute como o lócus fraturado de Lugones e o amor revolucionário de Bell Hooks são atos políticos e éticos de resistência à violência de gênero, racismo e colonialidade. A partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, confirmando a centralidade das experiências de mulheres negras e indígenas. Propõe-se descolonizar a violência de gênero e pensar o amor como prática de cuidado e reumanização, contrapondo-se à desumanização racista e colonial.

RACIALIZANDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS TEIAS DA COLONIALIDADE: FRATURAR, DESCOLONIZAR E REVOLUCIONAR

A inventiva da superioridade racial, intrinsecamente ligada à colonização e à imposição de uma ordem hierárquica global, não apenas marcou as diferenças de “cor”, mas também serviu como uma base para a regulação e normatização do gênero, ou seja, racializar a violência de gênero implica reconhecer que as experiências de mulheres racializadas, como negras e indígenas, são marcadas por uma interseção de opressões que ampliam suas vulnerabilidades. Essa abordagem exige uma análise crítica das estruturas sociais que perpetuam desigualdades e da maneira como a sociedade constrói estereótipos de gênero e raça. Por isso, que ao desenvolver sua teoria sobre a "colonialidade de

gênero", Maria Lugones (2008) critica a separação entre categorias como raça, classe, gênero e sexualidade, argumentando que essa divisão mantém a invisibilidade das mulheres racializadas e dos grupos subalternos. Segundo Lugones (2008), essa separação artificial não considera a forma como essas opressões estão intrinsecamente conectadas, especialmente no contexto do sistema moderno/colonial. Para ela, os corpos racializados e os grupos subalternizados não se encaixam no padrão de “humanidade”³ imposto por esse sistema, que se baseia em normas morais, étnico-raciais e sociais dominantes.

Conforme afirmado por Lagarde (2011, p. 92),⁴ “o poder patriarcal não se expressa apenas em si mesmo, mas sempre se apresenta articulado com outros poderes; assim, o poder patriarcal é sexista, mas também classista, etnicista, racista, imperialista, etc.” Esta observação é fundamental para entendermos a complexidade das relações de poder que moldam a vida das mulheres, especialmente aquelas que se encontram nas interseções de múltiplas opressões. Nesse aspecto, vale ainda pontuar, que o conceito de colonialidade de gênero traz a perspectiva do feminismo das mulheres não-brancas, portanto, não se limita a um mero acréscimo de vozes ao discurso feminista hegemônico, mas questiona as premissas do universalismo feminista que muitas vezes não considera as particularidades das experiências vividas por mulheres de diferentes etnias e classes sociais.

Nesse aspecto, Federici (2004) ainda assinala, que a colonização exprime o ápice da crueldade e do poder de morte, especialmente, porque mulheres negras e indígenas foram frequentemente vistas como propriedade, sujeitas a violência sistemática, e como suas vidas foram desvalorizadas em comparação com os padrões eurocêntricos. A desvalorização das vidas dessas mulheres estava intrinsecamente ligada ao universalismo eurocêntrico que viam a cultura europeia como a única forma legítima e possível de civilização. Em muitos casos, tais mulheres, foram estigmatizadas como “selváticas”, “animalescas”, “desalmadas” ou “inferiores”, o que justificava a brutalidade das práticas coloniais e essa perspectiva não só desumanizava essas mulheres, mas também as

³ Refere-se aqui a análise crítica das relações de poder e opressão, onde a construção de “humano” se dá na lógica do saber colonial e do sujeito eurocentrado, fundamentalmente, homem cis, branco e elitista. Aqui, a humanidade vai ser dialogada não como um estado natural, mas sim, como uma categoria que pode e deve ser contiguamente contestada e reconfigurada (Lugones, 2008).

⁴ Tradução das autoras do artigo.

transformavam em meros objetos de exploração, utilizados para os interesses econômicos dos colonizadores. Desse modo, enquanto a colonialidade inventa o racismo e determina quem é considerado humano e quem é visto como desumano, a questão de gênero — segundo a perspectiva de Lugones — delinea quais não-mulheres serão desumanizadas e quais aquelas serão tidas enquanto animais. Essa dinâmica aparece na intersecção entre raça e gênero, ressaltando que as opressões não podem ser compreendidas de forma isolada. Uma vez que, a experiência de uma mulher negra, por exemplo, não é simplesmente a soma de ser mulher e ser negra; é uma vivência única que é moldada pelas especificidades de ambas as opressões e como elas se inter-relacionam dentro do contexto colonial.

Lugones (2014, p. 935) afirma a partir disso, que *“a crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do Terceiro Mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade.”* Essa afirmação sublinha a necessidade de desconstruir e descolonizar as categorias rígidas que frequentemente são usadas para compreender as experiências femininas, propondo em vez disso uma abordagem que reconheça a complexidade e a interconexão das opressões. Ou seja, a noção de colonialidade de gênero é, portanto, uma ferramenta crítica para expor como as intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe enquanto basais para a compreensão das opressões vividas por mulheres racializadas.

A autora acima supracitada, ainda argumenta que as hierarquias coloniais de gênero foram estruturadas de forma a desumanizar não apenas com base na raça, mas também no gênero, criando uma camada adicional de opressão para mulheres não brancas. A colonialidade de gênero desponta, assim, como essas diferentes formas de opressão são parte de um mesmo sistema que visa a marginalização e o controle de corpos que não se adequam ao ideal colonial de “humanidade”.

Nesse contexto, as contribuições de Oyèrónké Oyèwùmí, (2021), oferecem uma análise importante para o debate, uma vez que, a tese central de Oyèwùmí (2021) ao investigar a sociedade Yorubá, afirma que a categoria “mulher” era inexistente antes do contato com os europeus [colonizadores]. Segundo ela, a hierarquização de gênero e a

separação biológica que comumente associamos a práticas sociais são características que emergem da cultura eurocentrada, estruturada em uma visão binária de gênero, tal qual, de raça, classe e sexualidade. Essa crítica lança luz sobre como as categorias de gênero, frequentemente percebidas como universais e atemporais, são, na verdade, produtos de contextos históricos específicos e influências culturais que moldam a experiência humana e por isso, a desumanização é uma lógica central do colonialismo, que cria um sentido de alteridade, estabelece a figura do “inimigo” e legitima práticas genocidas. Essa construção social da alteridade resulta na marginalização e na exclusão de grupos inteiros, fundamentando um sistema que desvaloriza, subalterniza e mortifica suas vidas e experiências.

Para Oyěwùmí (2021), a colonialidade racializou o gênero ao introduzir um sistema hierárquico binário, em que as mulheres negras e indígenas, em particular, eram subjugadas tanto pela racialização de seus corpos quanto pela imposição de um modelo patriarcal de gênero. Dessa forma, a violência de gênero nas sociedades pós-coloniais deve ser entendida dentro do contexto de um duplo processo de racialização e de imposição de uma estrutura patriarcal europeia.

A crítica de Oyěwùmí (2021) à colonialidade e ao processo de racialização dos corpos de mulheres não-brancas alinha-se com a análise de Lugones (2008) e Hooks (2004) pois demonstram como a colonização não apenas explorou povos colonizados economicamente, mas também impôs novas formas de classificação social, com raça e gênero, dentre outras, categorias centrais de opressão. Pontua-se ainda, que no contexto da África, a introdução de um sistema de gênero ocidental redefiniu as relações sociais, trazendo novas formas de dominação. Enquanto o patriarcado ocidental reduzia as mulheres a uma posição subordinada, o processo de racialização desempenhou um papel central na marginalização e desumanização de mulheres negras e indígenas.

Essas autoras, não apenas se enlaçam, mas, também se encontram na crítica interseccional à violência de gênero, demonstrando como raça, gênero e colonialidade estão profundamente interligados na experiência das mulheres racializadas. Enquanto Oyěwùmí (2021) e Lugones (2008) focam mais na descolonização do conceito de gênero,

Hooks(2004) amplia a discussão para incluir o patriarcado racista e capitalista, propondo o amor como uma prática revolucionária de resistência a tais opressões colonialistas.

DO LÓCUS FRATURADO AO AMOR REVOLUCIONÁRIO: INTERSECCIONALIDADE, OPRESSÃO E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

María Lugones (2008) introduz o conceito de "lócus fraturado" para articular a experiência das mulheres que habitam múltiplas identidades sociais e culturais, em um contexto marcado por desigualdades estruturais de opressão. Esta noção abrange a condição de fragmentação e alienação que resulta da interseccionalidade, onde diferentes eixos de opressão — como raça, classe, gênero e sexualidade — se entrelaçam e impactam de maneira singular as vivências das mulheres racializadas.

As mulheres que se situam neste lócus fraturado frequentemente enfrentam uma realidade em que suas experiências não se integram de forma harmônica. Em vez disso, suas identidades se sobrepõem e colidem, gerando um sentido de deslocamento e confusão em relação à autoidentificação. A multiplicidade de identidades, longe de ser uma fonte de riqueza, pode se tornar um fardo, uma vez que a sociedade muitas vezes se recusa a reconhecer a complexidade dessas vivências. O resultado é uma forma de marginalização que não apenas silencia suas vozes, mas também desumaniza suas experiências.

A dada autora, enfatiza que o reconhecimento dessa realidade é fundamental para a luta por justiça social. O lócus fraturado não deve ser interpretado apenas como um espaço de dor e sofrimento, mas também como um ponto de partida para a resistência. Ao confrontar e articular suas experiências fragmentadas, as mulheres, sobretudo, racializadas podem encontrar formas de unificar suas lutas em uma ação coletiva. Essa luta não se limita ao âmbito individual, mas busca criar uma rede de solidariedade que transcende as divisões impostas pelas estruturas de poder.

A partir desse entendimento, podemos afirmar que o lócus fraturado é uma concepção teórica e prática que desafia as narrativas tradicionais sobre identidade e resistência. Ele nos leva a questionar como as hierarquias sociais são mantidas e

reproduzidas, e nos convida a repensar as estratégias de mobilização e luta social. Nesse contexto, é crucial considerar o papel das experiências interseccionais na construção de um movimento social que não apenas reconheça, mas também valorize a diversidade das vivências das mulheres racializadas.

Além disso, a articulação do lócus fraturado nos obriga a pensar em formas de empoderamento que se baseiem na particularidade das experiências. Essa abordagem demanda uma análise crítica das estruturas sociais que perpetuam a opressão e a violência, permitindo uma compreensão mais abrangente dos desafios que as mulheres racializadas enfrentam. O fortalecimento das vozes dessas mulheres e a ampliação de seus espaços de atuação são essenciais para a construção de um futuro justo e equitativo.

Porquanto, resistir a essa imposição hierárquica do colonialismo é, lutar a partir do lócus fraturado da diferença colonial, que gera e impõe uma identidade não moderna em uma escala subalternizada em relação ao indivíduo moderno. Esse lócus fraturado se torna um espaço de resistência, onde as vozes marginalizadas podem se afirmar e desafiar as narrativas hegemônicas. Essa resistência é crucial, pois busca reverter a lógica colonial que considera as vidas dessas pessoas como descartáveis e sem valor.

Aliás, a luta contra a desumanização exige um reconhecimento e uma valorização das experiências e das identidades múltiplas. Isso implica não apenas em uma crítica ao colonialismo, mas também em um esforço ativo para desconstruir as normas sociais que sustentam a opressão. A interseccionalidade, a decolonialidade e o amor revolucionário se tornam ferramentas essenciais para essa análise, pois permitem que se enxerguem como as diferentes formas de opressão se entrelaçam e impactam a vida dos indivíduos de maneiras específicas e variadas.

Nessa lógica, Lugones (2008) e Hooks (2004) se tocam, pois ambas enfatizam a importância da interseccionalidade e do colonialismo enquanto saber/poder ao discutirem a opressão das mulheres racializadas abordando como a cultura patriarcal, gênero e o racismo se entrelaçam para criar uma realidade única para as mulheres racializadas. Para ela, a luta contra a opressão deve incluir uma crítica ao capitalismo, à classe e ao racismo, reconhecendo que essas forças estão interconectadas e contribuem para a marginalização das mulheres.

Hooks (2004), por sua vez, argumenta que a experiência da mulher negra é frequentemente invisibilizada, tanto no feminismo branco quanto na luta pelos direitos civis. A interseccionalidade, portanto, é fundamental para entender as lutas específicas enfrentadas por essas mulheres, que muitas vezes são descartadas em discussões que não reconhecem a complexidade de suas realidades. Sua obra clama por uma abordagem que não apenas reconheça, mas também celebre a diversidade das experiências femininas, enfatizando a necessidade de solidariedade e empatia entre as diferentes correntes do feminismo.

O amor revolucionário, conforme delineado pela autora acima citada, é um conceito que transcende a mera afeição e se torna um princípio orientador nas relações sociais. Essa forma de amor é caracterizada por um profundo engajamento ético, que exige uma reflexão crítica sobre as estruturas de opressão que permeiam a sociedade. Ela propõe que, para promover mudanças sociais significativas, é fundamental cultivar um amor que abranja todos os indivíduos, independentemente de suas identidades ou experiências pessoais. Este amor, portanto, torna-se um meio de resistência contra as injustiças sociais e um catalisador para a construção de comunidades mais justas.

O amor revolucionário está intrinsecamente vinculado à justiça e à solidariedade, compreendido não apenas como um direito, mas como uma exigência ética que deve orientar tanto as ações individuais quanto as coletivas. A solidariedade, nesse contexto, manifesta-se como expressão concreta desse amor, pois implica a disposição de apoiar e lutar ao lado dos oprimidos. Por meio dessa prática, os indivíduos confirmam as interconexões entre suas experiências e as outras, estabelecendo laços que fortalecem a resistência contra a opressão. Esse engajamento ético e político exige também uma crítica profunda às normas e práticas sociais que perpetuam a desigualdade e a violência. Assim, o amor revolucionário emerge como um antídoto à alienação e à desumanização que marcam as relações sociais contemporâneas. Sua prática exige um compromisso ativo com a desconstrução das estruturas de poder que marginalizam e oprimem, consolidando-se como uma força política de transformação e justiça racial, social e de gênero.

A intersecção entre os conceitos de lócus fraturado e amor revolucionário destaca a necessidade de uma abordagem interseccional, decolonial e revolucionária na luta

contra a violência de gênero. Ambas as autoras enfatizam que a colonialidade e a racialização da violência de gênero são fenômenos complexos que exigem um entendimento das múltiplas camadas de opressão. Fraturar, descolonizar e revolucionar são passos essenciais para enfrentar essa violência, promovendo novas formas de resistência e solidariedade.

A construção de um futuro justo e equitativo para todas as mulheres depende da capacidade de reconhecer e desafiar as estruturas opressivas que perpetuam a desigualdade e a violência. O lócus fraturado pode servir como um espaço de convergência onde as experiências diversas são reconhecidas e validadas, enquanto o amor revolucionário oferece uma prática ética que pode unir essas experiências em uma luta comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decolonialidade não pode ser pensada apenas a partir de teorias, mas por meio de práticas contra hegemônicas, como o lócus fraturado de Lugones (2008) e o amor revolucionário de Bell Hooks (2004), pois, enquanto Lugones expõe as raízes coloniais da opressão de gênero, Hooks oferece um caminho para a resistência por meio da prática do amor. Ambas as autoras ressaltam que a luta contra a violência de gênero deve ser uma luta coletiva contra o racismo e o colonialismo, a partir da perspectiva interseccional, uma vez que, tais teorias desafiam e fissuram as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres, fundamentalmente, as mulheres racializadas.

Nesse interim, Lugones (2008) propõe a necessidade de redefinir a humanidade de maneira que inclua as vozes e experiências de grupos marginalizados. Essa reivindicação de novas formas de humanidade deve ser baseada em relações de respeito, solidariedade e justiça e sendo a luta pela inclusão de todas as vozes e experiências no conceito de humanidade é um passo essencial para a transformação social. A interseção entre o lócus fraturado de Lugones (2008) e o amor revolucionário de Hooks (2004) revela a importância de uma abordagem feminista que não apenas reconheça, mas também celebre a diversidade das experiências de todas as mulheres, mas, fundamentalmente as

racializadas. Ambas as autoras enfatizam a necessidade de um feminismo que se articule com as lutas contra o racismo, o patriarcado, o classismo e outras formas de opressão.

Essas interseções nos convidam a refletir sobre como a luta pela justiça de gênero deve ser fortalecida por um compromisso com o amor e a solidariedade. Enquanto Lugones destaca a complexidade das identidades fragmentadas, Hooks (2004) propõe uma forma de curar essas fraturas por meio do amor coletivo e da resistência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

HOOKS, Bell. (2004). **O amor: um novo jeito de amar**. Rocco.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2011.

LUGONES, Maria. (2008). **Colonialidade de gênero e a descolonização da sexualidade**. In: LUGONES, M. et al. A colonialidade do ser, do saber e do gênero. 1ª ed.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké . 2021. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.